



**ACÓRDÃO Nº534/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11416/2016.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Câmara Municipal de Urucurituba

**4- Exercício:** 2015

**5- Responsável:** Manuel Costa Leal (Ordenador de Despesa)

**Advogado:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato – OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo – OAB/AM 4331, Igor Arnaud Ferreira – OAB/AM 10.428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva – OAB/AM 6897 e Larissa Oliveira de Souza – OAB/AM 14193

**6- Unidade Técnica:** DICOP e DICAMI

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2124/2018-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.

**8- Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Urucurituba. Exercício de 2015.

*Irregularidade. Alcance. Multa. Encaminhamento. Recomendação. Ciência.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas do Sr. Manuel Costa Leal na qualidade de Ordenador de Despesas da Administração Municipal, com fulcro no art. 1º, II, da Lei Estadual n. 2423/96, exercício de 2015 responsável pela Câmara Municipal de Urucurituba, de acordo com o art. 22, II e III, "b" e "d", da Lei nº. 2423/96.
- 9.2. Considerar em Alcance** o Sr. Manuel Costa Leal no valor de **R\$ 96.680,43** que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Urucurituba por descumprimento de/pelas improbidades apontadas.
- 9.3. Aplicar Multa** ao Sr. Manuel Costa Leal no valor de **R\$18.000,00**, nos termos do art. 308, VI, da Resolução n. 04/2002, bem como o art. 54, inciso VI, da Lei nº 2.423/1996 em razão das restrições constantes nos itens de 3, 4, 6, 7, 8, 10 e 12 do Relatório Conclusivo nº 015/2018-DICAMI (fls. 1375-1407) que deverá ser recolhida no prazo de 60 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.



**ACÓRDÃO Nº534/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 9.4. Encaminhar** cópia dos autos ao Ministério Público do Estado do Amazonas, nos termos do art. 22, §3º, da Lei Estadual nº 2.423/1996.
- 9.5. Recomendar** a Câmara Municipal de Urucurituba que nas próximas gestões:
- a)** Execute um planejamento adequado para as despesas mensais;
  - b)** Sejam tomadas providências urgentes para regularizaras pendências contidas em "Consignações Diversas" no valor de R\$22.540,42;
  - c)** Nas realizações de processos licitatórios nas modalidades Pregão Presencial, que seja apresentada justificativa das previsões orçamentárias, cumprindo o que determina o art. 38, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e que caso não seja cumprido, poderá ser aplicada as penalidades impostas pela lei em vigência.
- 9.6. Dar ciência** ao Sr. Manuel Costa Leal, Responsável.

**10- Ata:** 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 27 de Maio de 2020

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**12.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**13- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral